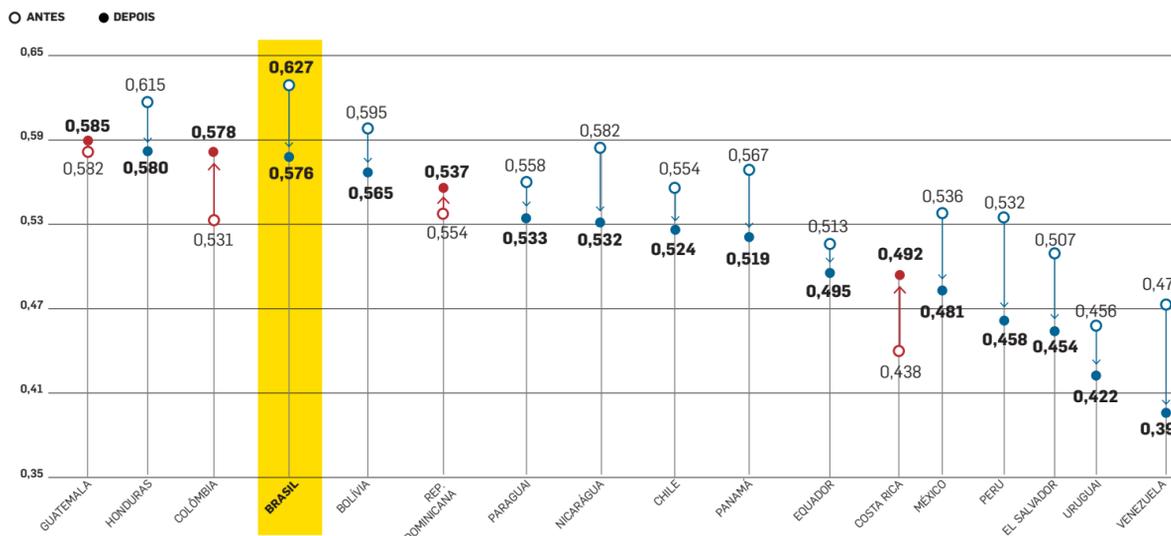


EVOLUÇÃO

Coeficiente Gini vai de zero a um e mostra desigualdade social. Quanto maior o número, maior a desigualdade



OBSERVAÇÃO: Os dados dos países variam. Guatemala: 1989 e 2006; México: 1989 e 2010; Brasil e Chile: 1990 e 2009; Honduras: 1990 e 2007; Costa Rica e Venezuela: 1990 e 2010; Colômbia: 1991 e 2010; Nicarágua: 1993 e 2005; El Salvador: 1995 e 2010; Bolívia: 1997 e 2007; Peru: 1997 e 2010; Paraguai: 1999 e 2010; Panamá e República Dominicana: 2002 e 2010; Equador: 2004 e 2010; Uruguai: 2007 e 2010

Índice Gini de cidades selecionadas

Goiânia (Brasil)	0,65
Fortaleza (Brasil)	0,61
Bogotá (Colômbia)	0,61
Belo Horizonte (Brasil)	0,61
Brasília (Brasil)	0,60
Curitiba (Brasil)	0,59
Barranquilla (Colômbia)	0,57
Cidade do México (México)	0,56
Catamarca (Argentina)	0,55
Santiago (Chile)	0,55
Calí (Colômbia)	0,54
Quito (Equador)	0,54
Rio (Brasil)	0,53
Buenos Aires (Argentina)	0,52
Porto Príncipe (Haiti)	0,52
Medellín (Colômbia)	0,51
Chillan (Chile)	0,51
Guatemala (Guatemala)	0,50
São Paulo (Brasil)	0,50
Montevideu (Uruguai)	0,45
Formosa (Argentina)	0,44
Manágua (Nicarágua)	0,42
Guadalajara (México)	0,40
Caracas (Venezuela)	0,39

Brasil é o 4º país mais desigual da América Latina

Relatório da ONU sobre a situação das áreas urbanas mostra ainda que 1 em cada 4 brasileiros vive em moradias precárias

Felipe Werneck / RIO

O Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina, atrás apenas de Guatemala, Honduras e Colômbia. É o que indica o relatório “Estado das Cidades da América Latina e do Caribe 2012 – Rumo a uma nova transição urbana”, divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). A região ainda tem 111 milhões de pessoas vivendo em moradias precárias (um quarto da população).

O órgão admite, no entanto, que houve melhora na distribuição de renda nos últimos anos. Em 1990, o Brasil encabeçava a lista dos piores. O país da região com menor índice de desi-

gualdade atualmente é a Venezuela. “Para as Nações Unidas, o principal desafio é desenvolver estratégias para combater a desigualdade. Isso é o mais importante. Sabemos que as cidades latino-americanas têm riqueza suficiente para reduzir essa situação”, disse o representante do ONU-Habitat, Erik Vittrup.

Favelas. O relatório internacional divulgado ontem mostra também que um quarto da população da América Latina é pobre, ou seja, vive com menos de US\$ 2 por dia, conforme critério adotado pela ONU. São 124 milhões de pessoas, das quais 111 milhões moram em moradias precárias, incluindo favelas. Em 20 anos (1990-2010), aumentou em 5 milhões o número

RANKING

● Cidades com maior PIB per capita

CIDADE	US\$
Monterrey (México)	13.411
Guadalajara (México)	9.797
Mendoza (Argentina)	8.401
Montevideu (Uruguai)	8.273
Córdoba (Argentina)	7.565
Santiago (Chile)	7.192
São Paulo (Brasil)	6.977
Panamá (Panamá)	6.950
Buenos Aires (Argentina)	6.581

FONTE: ONU

de habitantes nos chamados assentamentos precários.

No Brasil, o percentual de moradores desses locais (28%), com deficiências estruturais,

falta de saneamento e de água, é um pouco maior do que a média latino-americana, de 25%. “As favelas deveriam ser um foco prioritário”, diz Vittrup.

O percentual de pessoas sem saneamento adequado na região chegou a 16% da população, ou 74 milhões de pessoas. Em relação ao abastecimento de água, a situação é melhor: 92% da população urbana tem acesso a água encanada. Mas a qualidade e o custo do serviço ainda são questionáveis.

Violência. Sobre a questão da violência urbana, o representante da ONU disse que o problema é tão generalizado na região que foi apontado como principal prioridade em uma consulta a prefeitos. “Nesse quesito, a situação é mais crítica no México e na Guatemala”, disse Vittrup. De acordo com o relatório, as cidades da região apresentam altos níveis de violência e insegurança, que “parecem superar a capacidade de resposta de vários governos”.

Entre as recomendações, o relatório aponta a necessidade de padrões de crescimento urbano mais sustentáveis e sugere que se aproveitem investimentos públicos para o benefício da população. Também destaca a necessidade de um planejamento mais ordenado e de se “orientar” os mercados imobiliários. “O parâmetro fundamental de desenvolvimento urbano deve ser o interesse coletivo”, ressaltou Erik Vittrup.

* **Análise: Heloisa Proença**

É preciso rever o crescimento das nossas cidades

Se quisermos nos conectar com o que é mais dinâmico, eficiente, integrado e democrático no desenvolvimento, vamos ter de enfrentar a problemática do crescimento e do modelo de adensamento das cidades. Precisamos rever urgentemente o modelo de crescimento das nossas cidades. A desigualdade e a expansão horizontal provocam uma relação muito perversa: do poder público, exige um custo altíssimo para levar infraestrutura a lugares cada vez mais distantes – custo pago pelo povo. Da população, o sacrifício do movimento pendular diário de casa para o trabalho, e o desgaste também econômico que isso gera. Na verdade, a população paga duas vezes.

Em São Paulo, por exemplo, a densidade é de 70 habitantes por hectare. Trabalhar por um adensamento maior, de 200 habitantes por hectare, por exemplo, incentivaria uma relação mais equilibrada entre oferta de moradia e emprego, o que melhoraria a qualidade de vida da população. Hoje existe um acesso a serviços e benefícios muito desigual.

Não é preciso apenas levar infraestrutura para as periferias, mas reservar terra mais barata em locais onde essa estrutura já exista, para que toda a população usufrua.

* EX-SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO E EX-PRESIDENTE DA EMURB, CONSULTORA DAS PREFEITURAS DE BOGOTÁ E CURITIBA

Na lista de municípios, Goiânia está em último

Goiânia é a cidade mais desigual da América Latina, conforme o estudo da ONU. Na lista dos dez locais da região com maior índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, cinco são brasileiros.

Goiânia apresentou Gini de 0,65 (o índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, pior). Fortaleza é a segunda cidade da lista, seguida por Bogotá, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba. O Rio de Janeiro aparece na 13.ª posição e São Paulo, na 19.ª.

O estudo da ONU destaca que a capital de Goiás passa por um processo de favelização, por causa da baixa oferta de habitações. O ex-prefeito Iris Rezende (PMDB), porém, rebateu as in-

formações da área de assentamentos humanos da ONU. “Em Goiânia não há favelas”, diz, destacando que os dados “são absolutamente e visivelmente questionáveis”.

“Eles inventam teorias, sem lógica ou fundamento”, critica o ex-prefeito. “Em Goiânia há pobres, mas não miseráveis, e uma parcela é muito rica, como em Nova York, Paris, Londres”, avaliou.

“Aqui não é e nunca foi o pior dos mundos”, diz o promotor de Justiça e Urbanismo e Meio Ambiente, Maurício Nardini. Conforme o IBGE, Goiânia tem uma das melhores taxas de infraestrutura urbana no País, por ser uma das cidades mais arborizadas

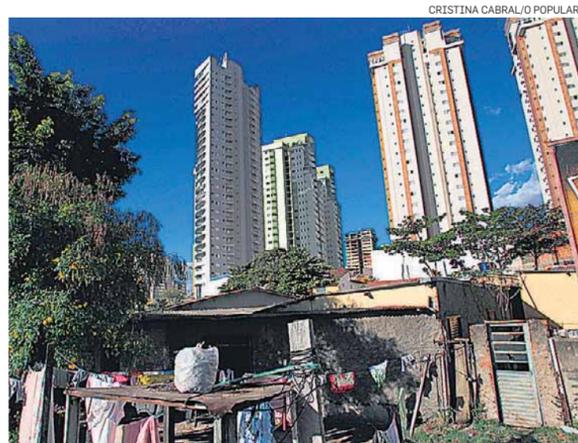
(89,5%). Procurado, o prefeito atual, Paulo Garcia (PT), estava em gravação, no primeiro dia de horário eleitoral, e não falou sobre o caso.

Fortaleza. Já na capital cearense, segunda no ranking, com um índice Gini acima de 0,60, os especialistas defendem o trabalho da ONU. Um estudo da Universidade Federal do Ceará (UFC) destaca o contraste local entre edifícios luxuosos à beira-mar e em bairros nobres – ao preço de R\$ 5 milhões – e casebres à beira de rios sem nenhum saneamento básico. O último levantamento divulgado pelo Laboratório de Estudos da Pobreza da UFC, de 2008, apon-

ta que o custo econômico da desigualdade em Fortaleza alcança mais de R\$ 4 bilhões. Isso representa mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará.

Os pesquisadores da UFC ressaltam que a distribuição de renda deveria ser constituir em um ponto de reflexão na agenda de desenvolvimento do governo para esta década. Para eles, todos os esforços governamentais deveriam ser conduzidos para diminuir uma desigualdade causada principalmente pela vinda anual de 40 mil pessoas para áreas pobres da periferia.

A pesquisa sinaliza que Fortaleza precisa investir R\$ 160 milhões ao ano em transferência



Goiania. Políticos refutam números e existência de favelas

de renda. Dessa forma, quase 400 mil fortalezenses com renda per capita mensal inferior a um oitavo do salário mínimo po-

deriam sair da linha da pobreza extrema. /FELIPE WERNECK, RUBENS SANTOS e LAURIBERTO BRAGA, ESPECIAIS PARA O ESTADO

Emissão de gases de efeito estufa ainda cresce no País

Brasil responde por 23% do total, ficando atrás apenas do México, com 30%; frota de carros na região dobrou em 10 anos

RIO

As emissões de gases de efeito estufa em áreas urbanas do Brasil representam 23% do total na América Latina. Só o México apresenta porcentual maior, de 30%. As principais emissões em áreas urbanas estão relacionadas com o consumo de combustíveis fósseis, fundamentalmente

no setor de transportes.

Na América Latina, a frota de carros dobrou em dez anos. O relatório da ONU-Habitat mostra que, em menos de duas décadas, houve aumento de 18% das emissões per capita de CO₂ nas cidades da região.

Para a ONU, serviços de reciclagem, reutilização e aproveitamento de resíduos sólidos são incipientes nesses países. “Um grande número de cidades ainda continua contaminando rios e mares e deixando lixo a céu aberto”, disse o representante do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Erik Vittrup. O

estudo aponta falhas no acompanhamento desses serviços e a falta de indicadores precisos.

Vittrup, que é dinamarquês, elogiou iniciativas de cidades brasileiras, como o sistema de transporte público de Curitiba, o projeto UPP Social em favelas do Rio, o orçamento participativo em Porto Alegre e a política de atenção às mudanças climáticas em São Paulo.

estadao.com.br

TV Estadão. Veja a análise de José Paulo Kupfer

www.estadao.com.br/e/comentario

“Os modelos de crescimento das cidades nos anos 1990 e anteriores não se adaptam aos desafios atuais”, disse ele. O relatório elogia iniciativas como o resgate de zonas centrais e a criação de ciclovias, mas lamenta que não sejam uma tendência.

Fora do campo. Quase 80% da população da América Latina e do Caribe vive em cidades, proporção superior à do grupo de países mais desenvolvidos. O crescimento demográfico e a urbanização foram muito acelerados no passado recente, mas perderam força. O relatório projeta que a taxa de população urbana

chegará a 89% em 2050. O êxodo rural também perdeu peso na maioria dos países da região, e as migrações ocorrem principalmente entre centros urbanos. Metade da população desses países mora em cidades com menos de 500 mil habitantes e 14% nas chamadas megacidades.

O relatório aponta que a consiência na região em relação aos problemas do meio urbano é maior do que no passado, mas avalia que a adoção de “medidas ambiciosas em escala local ainda é incipiente”. O estudo teve apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, entre outras entidades. /F.W.

OUTROS DADOS

● **O custo da água** Atualmente, 92% da população urbana tem acesso à água encanada, mas tarifas cobradas pelo fornecimento “não costumam cobrir os custos de operação e penalizam os mais pobres”.

● **Política mais feminina** Embora o relatório fale pouco de política, destaca o avanço das mulheres na área. Nos legislativos locais, o número de vereadoras já alcança 22%. Em 1999, eram apenas 14%. Nas prefeituras, porém, as mulheres representavam, em 2009, apenas 10% do total dos administradores.